

PROCESSO - A.I. Nº 206881.0004/01-1
RECORRENTE - INDAMEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE METAIS LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL.
RECURSO - IMPUGNAÇÃO AO ARQUIVAMENTO DE RECURSO VOLUNTÁRIO
ORIGEM - INFAZ SANTO ANTONIO DE JESUS
INTERNET - 01/03/02

1ª CÂMARA JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0073-11/02

EMENTA: ICMS. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO VOLUNTÁRIO. Impugnação ao despacho de autoridade que determinou o arquivamento do Recurso Voluntário, por ter sido considerado intempestivo. Erro da repartição na contagem do prazo. O Recurso é tempestivo, sem dúvida. Devolvam-se os autos para distribuição a umas das Câmaras de Julgamento do CONSEF, para fins de apreciação das questões de mérito contidas na peça recursal. Recurso **PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O contribuinte apresenta IMPUGNAÇÃO CONTRA O ARQUIVAMENTO DE DEFESA, aduzindo os motivos abaixo expostos:

1 – procedeu à interposição de Recurso Voluntário em 23/10/2001, contra Decisão de Primeira Instância, relacionada ao Auto de Infração nº 206881.0004/01-1, recebida por AR em 10/10/2001, conforme documento anexo;

2 – de acordo com o art. 171 do RPAF, o prazo para a apresentação de Recurso é de 10 (dez) dias, contadas da data da ciência da Decisão recorrida, que no caso foi o dia 10/10/2001;

3 – a contagem de prazo, segundo o Código de Processo Civil e o próprio RPAF se faz de forma contínua, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento;

4 – os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição em que corre o processo ou onde deva ser praticado o ato;

5 – aplicando-se a contagem do prazo previsto em lei, aduz que o mesmo expirou em 23/10/2001, data em que foi protocolado o Recurso, visto que o dia 22/10/2001 foi feriado no Estado da Bahia, por força da Medida Provisória n.º 5, de 17 de outubro de 2001, em decorrência das medidas governamentais relacionadas à redução do consumo de energia elétrica.

Diante das alegações apresentadas, conclui que o dia 22/10/2001 não poderia ter sido dia de expediente normal na INFAZ Santo Antonio e requer que o Recurso Voluntário apresentado no dia 23 seja acolhido e julgado, por ser tempestivo.

A Representação da PROFAZ emite Parecer a fl. 664 do PAF, verificando que o contribuinte fora efetivamente intimado no dia 10/10/2001, tendo o prazo para a apresentação de Recurso se esgotado em final de semana e na segunda-feira próxima foi decretado feriado pelo motivo do racionamento, correspondente ao dia 22/10/2001. Logo, o prazo recursal foi prorrogado para a terça-feira, como alega o recorrente, tendo, portanto, a Inspeção laborado em equívoco. Ante o

exposto, a Procuradoria entende que os argumentos do impugnante são procedentes devendo ser acatada a Impugnação para que o Conselho aprecie o Recurso interposto.

VOTO

Conforme evidenciado nos autos, a contagem do prazo, após intimação do Acórdão da 1ª Instância, teve início em 11/10/2001, uma quinta-feira, expirando em 20/10/2001, que caiu num dia de sábado. Automaticamente o prazo foi prorrogado para a segunda-feira próxima, dia 22/10/2001, que todavia, coincidiu com o feriado do racionamento. Dessa forma, assiste razão ao impugnante quando alegou que o prazo de seu Recurso foi estendido para dia 23/10/2001, data em que efetivamente protocolou a peça recursal na Inspetoria Fiscal, conforme recibo emitido pelo SIPRO, constante da fl. 612 do processo. É, portanto, tempestivo, o ato praticado pelo contribuinte. Poderíamos, assim, com fundamento num princípio de economia processual, adentrar na apreciação das questões contidas na peça recursal. Todavia, a PROFAZ, ao emitir seu Parecer, não se pronunciou sobre o mérito do Recurso, restringindo-se a abordar apenas as razões relacionadas à impugnação por intempestividade. Dessa forma, em face à exigência legal dessa manifestação, devem os autos retornar ao órgão de controle da legalidade, para pronunciamento sobre as questões de ordem substancial e posterior redistribuição a uma das Câmaras do CONSEF, com vistas ao julgamento do Recurso Voluntário. Pelo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA da Impugnação.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **PROVER** o Recurso de Impugnação ao Arquivamento de Recurso Voluntário apresentado por **INDAMEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE METAIS LTDA.**, relativamente ao Auto de Infração nº **206881.0004/01-1**, devendo o mesmo ser regularmente processado através de distribuição do PAF a uma das Câmaras do CONSEF, às quais é reservada a competência para apreciar o mérito do Recurso Voluntário.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de fevereiro de 2002.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

TOLSTOI SEARA NOLASCO – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ